

RESENHA CRÍTICA: NECROPOLÍTICA: BIOPODER, SOBERANIA, ESTADO DE EXCEÇÃO, POLÍTICA DA MORTE

Maria Michaelly Vasconcelos Diogens¹

Mbembe, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

O ensaio *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*, de Achille Mbembe publicado pela editora: N-1 expõe uma reflexão acerca do conceito de necropolítica elaborada pelo Estado como o detentor do poder e com a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Dessa maneira, entende-se que atos violentos estão conectados à estrutura da organização entre as relações sociais, que reproduzem o cotidiano dos inúmeros grupos e, especificamente, no cotidiano da população negra.

O autor, Achille Mbembe, é Professor do componente curricular História e Ciência Política nas de Universidades de Witwatersrand em Joanesburgo e Duke University nos Estados Unidos, e que também desempenha a função de diretor de Pesquisa Social e Econômica no Instituto Witwatersrand, em Joanesburgo.

Nesse ensaio, Achille Mbembe expõe que a morte, enquanto um objeto de gestão, foi usada pelo poder político, o qual não tem uma limitação somente ao indicar medidas acerca de como a vida deve ser gerida, mas também apontar como devemos morrer e quem é o sujeito que deve morrer. E mais: em certos territórios, os indivíduos vivem a partir de níveis tão insignificantes para a sobrevivência que a diferenciação entre vida e morte torna-se muito sutil. Assim, o risco da morte acaba se tornando bem presente o tempo todo. E essa é a marca central da Necropolítica.

Além do mais, Achille Mbembe evidencia neste ensaio que os efeitos produzidos pela escravidão e pelo colonialismo permanecem sendo observados na atualidade dos países mais periféricos e carregam consigo em sua literatura o conceito de necropolítica, como instrumento teórica para o entendimento da ação política contemporânea.

De acordo com Mbembe, o racismo se concebe enquanto componente para fins de controle e dominação nas relações de poder e desenvolve a compreensão do conceito através de suas leituras em de autores como Michel Foucault e Giorgio Agamben.

¹ Acadêmica de Enfermagem pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Campus de Pau dos Ferros. Email: mariavasloncelos@alu.uern.br

Mbembe dá início a sua trajetória teórica exteriorizando os impactos relacionados ao colonialismo e ao sistema escravocrata, sob a ótica da emergência das desigualdades e violências mais diversas possíveis, que são praticadas contra a população negra, que tanto o público masculino quanto o feminino estavam igualmente sujeitos aos castigos, trabalho pesado e muita opressão.

Ao abordar acerca do processo de colonização, o autor argumenta que a sociedade era marcada por hierarquias, e que todas formas dos atos de violência e segregação experienciada pela população negra anteriormente corroboram para legitimar o sistema capitalista vigente. Desse modo, Mbembe desenvolve seu trabalho, no sentido de refletir e de certa forma esclarecer essa relação entre a soberania e a violência exercida pela mesma.

De acordo com Mbembe, ser soberano é desempenhar controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação do poder. E ainda, referindo-se ao colonialismo discorre, que o lugar em que a soberania constitui-se essencialmente no exercício de um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*) e no qual a paz tende a revelar a face de uma guerra infinita.

Mbembe, concebe que o objetivo central da soberania é a instrumentalização geral acerca da existência humana e o extermínio material de corpos humanos e populações vulneráveis. Nesse sentido, enfatiza que durante a fase colonialista a população negra era enxergada como uma mercadoria e desse modo, estava submetida a toda a forma de submissão e violência. Isso requer a compreensão de que o direito soberano de matar não está subordinado a qualquer regra nas colônias. A guerra colonial não está submetida a normas legais.

Mbembe, expõe reflexões teóricas que corroboram com o discurso de Michel Foucault, em que explica o período colonial como o início do experimento biopolítico da modernidade, assim aborda acerca da formulação de Foucault, em que o biopoder parece funcionar através da divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Desse modo, a segregação exclui dos direitos à vida, aqueles que estão à margem da sociedade. Funcionando nesse princípio de que é uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se justifica em relação a um campo biológico, do qual exerce o controle e no qual se inscreve. Esse controle infere em uma divisão da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo do racismo.

Dessa forma, o fenômeno da colonização é empregado para evidenciar a projeção do poder sobre a vida e ao abordar o processo de violência vivenciado pela população negra

durante esse período histórico, o autor expõe a dimensão dessas desigualdades no processo de formação dos Estados nacionais. A Política realizada por um Estado, que de acordo com Mbembe, se comprometeria a civilizar as maneiras de matar e atribuir metas racionais ao ato de como matar.

Outros exemplos apresentados de acordo com Mbembe, se referem às colônias e ao regime do apartheid, onde biopoder, estado de exceção e estado de sítio se alternam e formam zonas de guerra e gera assim, total desordem da sociedade.

Mbembe dialoga com o filósofo italiano Giorgio Agamben no que tange a categoria Estado de exceção, para justificar as formas de repressão exercidas pela política ocidental. Para Mbembe, essas práticas sociais dão sustentação às hierarquias raciais e nesse processo, as ações realizadas pelo Estado em nome de uma suposta segurança, demonstram inúmeras outras violações de direitos essenciais à dignidade da pessoa humana.

É nesse viés, que a investigação de Mbembe faz referência ao conceito de Necropolítica. Para o autor, é a partir do racismo que se fortalece o poder de ditar quem deve viver e quem deve morrer, numa política de Estado que se fundamenta em um exercício contínuo de letalidade, onde o racismo é acima de tudo uma tecnologia designada a possibilitar a execução do biopoder, conhecido como velho direito soberano de matar.

Na economia do biopoder, o papel do racismo é regular a distribuição da morte e tornar viáveis as funções assassinas do Estado. De acordo com Foucault, essa é a condição principal para a aceitação do fazer morrer na sociedade.

Compreendendo acerca do caráter histórico da sociedade, Mbembe afirma que este processo é mais intenso nos países periféricos que compõem o sistema capitalista, na qual a democracia ainda é tem uma certa limitação com relação aos mais diversos direitos que devem ser assegurados a todos os cidadãos, que por ser frágil a democracia de alguns países, em especial os periféricos. Assim o direito permanece diretamente vinculado à violência exercida por quem detém a soberania, formando assim uma verdadeira política que tem como base, a de produzir morte.

O entendimento concreto desse fenômeno é percebido facilmente com relação ao racismo, conforme aborda Michel Foucault sobre o racismo funcionar como o meio de introduzir a violência de forma velada, como se fosse algo natural do estado determinar sobre os corpos um verdadeiro controle estatal. E assim se dá esse domínio sobre a vida do qual o poder se designou detentor, como um corte fatal que dita entre o que deve morrer e o que deve viver.

Mbembe ratifica que as guerras contemporâneas não podem ter seu entendimento por

meio de categorias, como o de uma guerra ser justa por determinado motivo, e outra injusta por não ser admitida por alguns princípios de uma determinada nação, ou até mesmo por meio de teorias relacionadas à violência contratual.

Zygmunt Bauman elucida que nas guerras contemporâneas trata-se mais de ataques relâmpago, e nessa era de globalização a meta não é adquirir, conquistar, ou mesmo governar um território; na contemporaneidade, o foco das guerras é em suma a submissão do inimigo, desconsidera se assim, qualquer efeito que isso possa representar.

Para Bauman, citado por Achille Mbembe, o que tem relevância nas guerras atuais é a capacidade de aparecer do nada sem aviso prévio e desaparecer novamente sem justificativa, sua capacidade de viajar se deslocando facilmente e não se importar com objetos como os que limitam a mobilidade e o potencial de manobra das populações sedentárias.

No que concerne a contemporaneidade, o que se almeja é a mobilidade global. O direito de matar não está mais circunscrito ao Estado e ao seu exército regular. No mundo atual, nasce uma série de direitos que, por meio de medidas entrelaçadas e fazendo o uso de instâncias jurídicas ao invés de uma autoridade superior, almejam submeter a população a tais autoridades.

Nessa perspectiva, o continente da África, por exemplo, são as milícias, a segurança e os exércitos privados, quem exerce o comando, e assim, detém o monopólio além de exercer o direito de praticar atos de violência ou até mesmo o direito de matar os africanos que estão em condições inferiores, e assim são subjugados por aqueles que se acham no direito de decidir o destino daqueles que compõem as camadas mais inferiores das classes sociais.

Assim, Achille Mbembe afirma que as guerras atuais reconfiguram as relações entre sacrifício, resistência e o terror, que não podem ser explicadas somente por meio do conceito do biopoder. Ele ratifica que apenas uma necropolítica e necro poder tem capacidade para explicar o nosso mundo atual, onde inúmeras populações estão sendo submetidas à condição de mortos-vivos, ao qual funcionam como mero instrumento para fazer girar a máquina do capitalismo, e sendo mero instrumento, não tem importância para o estado caso necessite dispensá-lo, ao seu bel prazer.

De um modo geral, Achille Mbembe, em seu ensaio *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*, ratifica que a necropolítica versa sobre a subjugação da vida dos indivíduos ao poder da morte e, enquanto tal, influencia de maneira a ser decisiva entre as relações de resistência, sacrifício e poder.

No que tange o desenvolvimento da noção de necropolítica, o autor demonstra que a ideia de biopolítica tem uma certa limitação para explicar as formas de submissão da vida à

morte, na contemporaneidade. O poder político atualmente tem o cuidado não somente com as medidas acerca de como a vida deverá ser administrada, mas também se outorga com o direito de fazer a gerência sobre como morrer e sobre quem deve morrer.

Nesse sentido, fazendo um paralelo da obra com a realidade do Brasil, essa discussão acerca da necropolítica está diretamente relacionada com o racismo, assim como à ideia de que existe o aliado e o inimigo, o bem e o mal, os quais se apresentam a partir da lógica do poder no neoliberalismo. O fato é que as populações na periferia brasileira são alvos de grande violência, acarretando em um verdadeiro genocídio exposto, à luz do dia para que todos possam assistir como se fosse algo natural.

Dessa maneira, a guerra contra as drogas e a forma de como a segurança pública se desenvolve, além da morte dos negros ocorrerem em sua maioria, nas regiões mais periféricas, são apenas alguns dos vastos exemplos que ilustram essa política da morte, a qual, almejam eliminar todos aquele grupos que são vistos como marginalizados e que são considerados como facilmente de ser descartados pelo Estado, por não ser produtivo para o sistema capitalista.

O desafio atual é impedir essa realidade da necropolítica, visto que o Estado não pode continuar determinando quem deve morrer e como esses irão morrer, sabendo-se que, a uma escolha determinada por quem produz riquezas ter certos privilégios, enquanto os grupos considerados à margem da sociedade fica excluído de ter seus direitos assegurados, e são esses descartados pelo Estado.

Portanto, as considerações de Mbembe devem ser ponto de partida nas análises da conjuntura com objetivo de fortalecer a luta antirracista e o Estado democrático de Direito, como indicado por Foucault, que aborda acerca de que onde há poder, há também resistência. As noções de necropolítica abordadas pelo autor colaboram para que haja uma compreensão da soberania e do racismo estrutural, sob um discurso crítico e descolonial, como também entender como se dá essa relação no Ocidente.

Destarte, vale salientar que Achille Mbembe, ao discutir a noção de necropolítica, cumpre a função de mostrar a sua relação com o neoliberalismo, que fica bem evidente ao expor o contexto da obra, no decorrer do ensaio da Necropolítica.

Desse modo, a oposição entre essas duas dimensões é apenas evidente, uma vez que a suposição neoliberal de valorizar a potência, a criatividade, empreender e a crença que todos podem conseguir o que almejam, na realidade não se efetiva como é empregado pelo sistema, e ficam assim, excluídos os marginalizados pelo sistema capitalista.

Assim, o que se visualiza atualmente na fase do capitalismo é que nem todos são e nem

serão absorvidos pelo mercado de trabalho. Com isso, essa população que fica excluída do sistema será o alvo principal das ações da necropolítica, a qual irá gerenciar condições sobre a morte ou de sobrevivência daqueles que estão à margem da sociedade, em especial os desempregados, que se mostram para a sociedade com se fossem improdutivos para o sistema capitalista, assim como os que vivem em situação de rua. E é por todos esses aspectos que o entendimento da noção de necropolítica é tão relevante no mundo atual.

Conclui-se que, o ensaio se torna de grande relevância para refletir acerca de um Direito mais justo, tendo como horizonte a criação de possíveis resistências a um poder autoritário já estabelecido, dado que sem lutas não a direitos assegurados, pois, desde os primórdios da humanidade, nunca houve interesse por parte dos que estão em posição de destaque, de legitimar direitos que venham a beneficiar a população que está à margem da sociedade. Só se conquistou os direitos através de muita luta e demonstração de resistência aos poderes autoritários.

Sem dúvidas um livro que merece ser indicado não somente para a leitura dos universitários, mas para todo cidadão, de forma que esses possam refletir sobre o poder que o Estado exerce sobre os cidadãos, e a partir dessa premissa tornar seus leitores mais consciente no que diz respeito a lutar por seus direitos, sendo assim, parte de uma resistência ao sistema que se dispor a exercer o poder autoritário, sobre deter o poder de matar os cidadãos marginalizados e que eles assim, entenderem como descartáveis e sem relevância para a sociedade. Uma excelente obra, que merece um lugar de destaque nas bibliotecas de todas as escolas públicas sejam ensino médio ou cursos superiores.

REFERÊNCIAS

Agamben, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

Fanon, F. **Os condenados da terra**. 42. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Foucault, Michel. **Em Defesa da Sociedade**; 2 ed. tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Mbembe, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.